COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 4934, DE 2016

Altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal.

Autor: Deputado CABO SABINO

Relator: Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4934 de 2016, de autoria do Deputado CABO SABINO (PR-CE), objetiva alterar a redação do art. 6º do Decreto Lei nº 667, de 2 de julho de 1969 – que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal – para estabelecer novo rito para a escolha dos Comandantes-Gerais. A proposta é que esse cargo seja exercido por um oficial da ativa do último posto da própria corporação, escolhido pelo Chefe do Executivo a partir de lista tríplice, com mandato de dois anos, sendo facultada a recondução.

Em sua justificativa, o Autor alega, sucintamente, que: a) há muita ingerência política na escolha dos comandantes-gerais dos militares estaduais; b) essa ingerência tem afetado sobremaneira a efetividade em ações de segurança pública; c) o estabelecimento de lista tríplice não retira do Governador a prerrogativa de escolher seu subordinado; d) a formação de lista tríplice privilegia o mérito no seio das corporações; e e) a instituição de

mandato de dois anos, com possibilidade de recondução, gera estabilidade e segurança para o exercício do cargo. Por fim, afirmou que o projeto foi debatido e sugerido por diversas entidades representativas do Estado do Ceará e tem o apoio de entidades Nacionais de Policiais e Bombeiros Militares.

O Projeto – apresentado em 7.4.2016 – foi distribuído às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (mérito) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD), em regime de tramitação ordinária e sujeito à apreciação conclusiva das Comissões.

Expirado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, em seu art. 32, inciso XVI, alínea “d”, cumpre a esta Comissão permanente pronunciar-se acerca do mérito de assuntos relativos à segurança pública interna e seus órgãos institucionais.

Inicialmente, destaca-se que este Relator irá tratar exclusivamente sobre o mérito desta Comissão, não adentrando em considerações de constitucionalidade, que devem ser feitas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, sob pena de serem consideradas como não escritas, segundo o art. 55 do RICD.

A presente proposta tem o objetivo de alterar o art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 julho de 1969, para estabelecer um novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal. Com a nova regra, o cargo deverá ser exercido por um oficial da ativa do último posto da própria corporação, escolhido pelo Chefe do Poder Executivo estadual, a partir de lista tríplice, com mandato de dois anos, sendo facultada a recondução.

Sob a ótica da Segurança Pública, o projeto merece aprovação, estando correto o Autor em todos os argumentos levantados na justificção. O Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, está desatualizado na maioria de seus artigos e traz um processo de escolha dos Comandantes-Gerais que não mais corresponde com a realidade atual, vejamos:

Art. 6º - O Comando das Polícias Militares será exercido, em princípio, por oficial da ativa, do último posto, da própria Corporação.

§ 1º - O provimento do cargo de Comandante será feito por ato dos Governadores de Estado e de Territórios e do Distrito Federal, após ser o nome indicado aprovado pelo Ministro de Estado do Exército, observada a formação profissional do oficial para o exercício de Comando.

§ 2º - O Comando das Polícias Militares poderá, também, ser exercido por General-de-Brigada da Ativa do Exército ou por oficial superior combatente da ativa, preferentemente do posto de Tenente-Coronel ou Coronel, proposto ao Ministro do Exército pelos Governadores de Estado e de Territórios e do Distrito Federal.

§ 3º - O oficial do Exército será nomeado para o cargo de Comandante da Polícia Militar, por ato do Governador da Unidade Federativa, após ser designado por Decreto do Poder Executivo, ficando à disposição do referido Governo.

§ 4º - O oficial do Exército, nomeado para o Comando da Polícia Militar, na forma do parágrafo anterior, será comissionado no mais alto posto da Corporação, e sua patente for inferior a esse posto.

§ 5º - O cargo de Comandante de Polícia Militar é considerado cargo de natureza militar, quando exercido por oficial do Exército, equivalendo, para Coronéis e Tenente-Coronéis, como Comando de Corpo de Tropa do Exército

§ 6º - O oficial nomeado nos termos do parágrafo terceiro, comissionado ou não, terá precedência hierárquica sobre os oficiais de igual posto da Corporação.

§ 7º - O Comandante da Polícia Militar, quando oficial do Exército, não poderá desempenhar outras funções no âmbito estadual, ainda que cumulativamente com suas funções de comandante, por prazo superior a 30 (trinta) dias.

[...]

Verifica-se, portanto, que muitas dessas regras já não são utilizadas pelos Estados da Federação. Ora, a Constituição Federal de 1988 subordinou as forças militares estaduais aos seus respectivos Governadores,

não havendo qualquer fundamento para que a indicação do cargo de Comandante-Geral tenha que ser aprovada pelo “Ministro de Estado do Exército”, cargo extinto em 1999, em função da criação do Ministério da Defesa.

Nesse contexto, a fórmula sugerida na presente proposição – lista tríplice e mandato de dois anos – moderniza o art. 6º do Decreto-Lei 667/69 e blinda as instituições militares estaduais dos ditames políticos dos Governadores. A escolha meramente política, desprovida de critérios de mérito, de reconhecimento e de liderança, pode trazer inúmeros prejuízos para a gestão da Segurança Pública como um todo.

A criação de uma lista tríplice para a escolha dos comandantes, como bem pontuou o Autor da proposição, prestigia as corporações e legitima os escolhidos para exercer o cargo. A composição da lista com policiais e bombeiros da ativa de último posto acabará contemplando coronéis experientes, selecionados não só por critérios políticos. Nesse sentido, o respaldo da corporação com a indicação de três nomes diminui a possibilidade de escolhas com carência de legitimidade, fato que costuma provocar falta de motivação em toda a instituição militar.

O estabelecimento de mandato de dois anos, com possibilidade de recondução por igual período, também gera estabilidade e segurança para o exercício do cargo, sendo um instrumento eficaz de proteção contra interferências políticas e substituições repentinas.

Importante destacar, ainda, que o Autor afirmou que esse novo rito para a escolha dos Comandantes-Gerais é respaldado por entidades nacionais de policiais e bombeiros militares: **ANERMB** – Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares; **ANASPRA** – Associação Nacional de Praças; **FENEME** – Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais; **ACSMCE** – Associação de Cabos e Soldados Militares do Ceará; **APS** – Associação dos Profissionais da Segurança; **ASPRAMECE** – Associação de Praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militares do Ceará; e **ASOF** – Associação dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará.

No mérito do projeto, então, não há o que se alterar. Existe, contudo, a necessidade de adequações de técnica e de coerência legislativa, as quais serão aprimoradas em substitutivo apresentado anexo a este parecer.

Ante o exposto, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** deste Projeto de Lei nº 4934, de 2016, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM
Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4934, DE 2016

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer novo rito para escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal.

Art. 2º O *caput* do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º O comando-geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios Federais e do Distrito Federal será exercido por um oficial da ativa do último posto da própria corporação, escolhido pelo Chefe do Executivo a partir de lista tríplice, com mandato de dois anos, sendo facultada a recondução por igual período.

.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os §§ 1º ao 7º do art. 6º e o art. 7º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM
Relator